

COLÉGIO AGAPITO DOS SANTOS: PROFESSORES, MONITORES E O MÉTODO PAULO FREIRE

Wagner José Silva de Castro

Introdução

O golpe civil-militar de 1964 cerceou a liberdade de expressão de muitos intelectuais, professores, alunos, artistas, políticos dentre outros que haviam lutado pelas reformas de base propostas pelo governo João Goulart, conhecido no meio político como Jango. Afinal, o voto do analfabeto e a educação gratuita para todos os brasileiros e o método educativo proposto pelo educador Paulo Freire não agradavam a elite conservadora e os militares da linha-dura próximos aos interesses norte-americanos no Brasil.

O início dos anos 1960, notadamente, entre os anos de 1961 a 1963, a lei de remessa de lucros para exterior instituída por Jango não aceitando o excesso de dinheiro do país levado pelas multinacionais à organização das Ligas Camponesas e politização dos sindicatos rurais; a discussão da escola popular e o encontro do presidente com os camponeses para a idealização de um projeto de reforma agrária provocou a reação imediata da elite civil, setores conservadores da Igreja Católica e dos militares levando ao que ficou conhecido como golpe militar de 64.

A Experiência Educativa e Política de Professores

Os conservadores civis e militares ideologicamente próximos dos interesses norte-americanos estavam bastante preocupados com as mudanças no processo educativo brasileiro

em andamento. Os documentos do Quartel do 23º Batalhão de Caçadores de Fortaleza datados nos dias 20, 25, 27 e 29 do mês de abril de 1964 são reveladores nesse sentido. No documento intitulado *Termo de Perguntas ao Indiciado*, os militares interrogaram, no dia 20 daquele mês, o professor Lauro de Oliveira Lima. No dia 25 de abril foi inquirida a quinta testemunha, Irene Barbosa de Arruda, diretora do educandário Colégio Estadual Justiniano de Serpa. No mesmo dia, também foi depoente a professora Estér Ribeiro Barroso do Colégio Agapito dos Santos. No dia 27 foi a vez da depoente, Luiza de Teodoro Vieira, professora primária do Estado, a qual possuía o curso de Filosofia (Geografia e História); lecionou no Colégio Christus e no mesmo período, no Colégio Agapito dos Santos, de 1960 até 1963. A sétima testemunha foi Hugo Frota de Magalhães Porto, funcionário público federal, professor e cirurgião-dentista, inspetor Seccional do MEC de Fortaleza.

Os depoentes são importantes por terem em comum alguma relação com o processo educativo, quer seja como diretores de escola, quer como professores ou estarem diretamente ligados com o MEC em âmbito nacional ou estadual. Mesmo não sendo professor, pareceu importante o depoimento de Manoel Aguiar de Arruda, por ser filiado ao Partido Democrata Cristão, ser presidente da Juventude Democrata Cristã e vereador.

Todas as testemunhas eram identificadas pela filiação, estado civil, endereço, naturalidade, acusadas e interrogadas sobre atividades subversivas contra a segurança nacional e contra as instituições democráticas. Os documentos do 23º Batalhão de Caçadores deixam evidentes a preocupação e a vigilância do exército com os sujeitos elencados desde o ano de 1961; suas atividades educativas, intelectuais, as organiza-

ções, os lugares de reuniões, discursos, colégios secundaristas, nos quais tinham participação.

As perguntas inquiridas a todos os depoentes eram direcionadas. Os militares queriam esclarecer questões envolvendo o posicionamento político, a atuação de órgãos federais e estaduais e o processo educativo em andamento, conhecido como método Paulo Freire. Perguntavam se tinham algum tipo de participação na comissão pró-legalidade do Partido Comunista Brasileiro em 61; o envolvimento dos depoentes à frente da UEE ou da UNE; da relação do MEC, especialmente do Inspetor Federal e Estadual no processo de comunicação no ensino normal e secundário no Ceará; a todos também perguntavam sobre as atividades do senhor Lauro de Oliveira Lima e sobre a distribuição de Cartilhas de Alfabetização de Adultos, ABC distribuídas pela Seccional Estadual, enviadas pelo Ministério da Educação ou se eles integravam o grupo de monitores e professores do CADES (Curso de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento do Ensino Secundário) no Colégio Agapito dos Santos criado e dirigido por Lauro de Oliveira Lima. Além disso, indagaram-lhes, se havia por parte do governador do estado, Virgílio Távora conhecimento desse processo educativo em andamento em âmbito estadual e, se ele, governador havia sofrido algum tipo de pressão da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e se este órgão federal havia disponibilizado verbas para a aplicação do método Paulo Freire no estado do Ceará no setor de educação, ficando completamente dominado pelos professores ligados ao senhor Lauro de Oliveira Lima.

Os militares também estavam bastante interessados no teor das canções entoadas nos encontros promovidos pelo CADES como a canção, “Liberdade Sem Pão”, a qual abordava temas sociais como trabalho e a fome. Porém, havia uma

preocupação evidente, o Colégio Agapito dos Santos como formador de monitores e professores para a difusão do método Paulo Freire.

Os militares perguntaram a todas as testemunhas na tentativa de certificação dos nomes dos professores e monitores, os quais nos inquiridos eles chamavam de “elementos”: Iracema Oliveira Santos, Estér Barroso, Evaristo Linhares, Diatáhy Bezerra de Menezes, Isolda Bezerra de Menezes, Jeremias Geronimo Lima e Raimundo Gois de Oliveira.

A quarta testemunha, Luiza Teodoro Vieira, professora do ginásio Christus e do ginásio Agapito dos Santos, a qual exerceu paralelamente o magistério no CADES em 1963, que, no mesmo ano passou a funcionar na CAMEC com a função de orientar as classes na recuperação de crianças. Ainda nesse mesmo ano, a professora Luiza Teodoro Vieira foi chamada pelo governador Virgílio Távora a participar da assessoria técnica da Secretaria de Educação, na qual participou da aplicação do Plano Trienal do governo federal do presidente João Goulart, idealizado pelo economista Celso Furtado.

Inquirida pelos militares se o professor Lauro de Oliveira Lima, inspetor Federal do Ensino Médio, tinha ligações com o grupo de “elementos” oriundos em várias funções do Ginásio Agapito dos Santos e que participara de trabalhos do método Paulo Freire na Secretaria de Educação, respondeu: “Que isso não se devia a nenhuma ligação com o referido professor. Recebi incumbência direta do Governador do Estado. O grupo de monitores e professores no trabalho de ensino da Secretaria foi escolhido pela competência e não por mera coincidência”.¹ Perguntada se nunca ouvira falar ou percebera ou por qualquer outro meio o canto do hino ou canção,

¹ VIEIRA, Luiza Teodoro. *Termo de Inquirição de Testemunha. 23º Batalhão de Caçadores*, 27.04.1964.

“Liberdade Sem Pão”, a professora disse-lhes: “Ouvi algumas vezes essa canção difundida por um disco da UNE (União Nacional dos Estudantes).”²

A Repressão dos Militares

Os militares, no entanto, insistiam em saber mais sobre as atividades intelectuais e educativas em âmbito federal e estadual do professor Lauro de Oliveira Lima, inquirindo-o se ignorava ter o professor distribuído a professoras de escola primária cartilhas ABC, uma vez que o referido professor havia recebido a incumbência de distribuição daqueles impressos no Ceará. Luiza Teodoro respondeu que não ignorava tais fatos. Perguntada se é verdade que o Ministério da Educação iniciava a elaboração de um livro intitulado *História Nova do Brasil* ou *História Moderna do Brasil* e se, sendo estudiosa do problema do ensino, observara algum aspecto interessante na edição das cartilhas ABC e se não achava muita liberalidade para os monitores o fato de poder interpretar em qualquer direção o conteúdo da matéria apresentada ao aluno. Luiza Teodoro disse-lhes o seguinte:

Sobre os livros de história, eu tive vagas informações e não me passou pela cabeça tentar o referido empreendimento. Nunca trabalhei com educação de adultos. Em Brasília ministrei um curso de preparação para professores do CADES. Na aula inaugural da Escola de Serviço Social, na oportunidade do “Trote de Calouros” ouvi canções com letras de fundo social.³

Eles, os militares, queriam saber também o verdadeiro interesse da SUDENE na aplicação de verbas que segundo

² Op.cit.

³ Id. Ibidem.

eles, era de dezessete milhões de cruzeiros, à disposição da Secretaria de Educação do Estado e sobre o que achava do livro de nome *Proselitismo*, do doutor Américo Barreira do Instituto de Educação. A respeito das perguntas, respondeu-lhes: “Pelo que sei, a SUDENE não propiciou verbas para a aplicação do método Paulo Freire no Estado do Ceará e ignoro a quantia dessa verba e nem conheço a pessoa do Dr. Américo Barreira”.⁴

No mesmo dia 27 de abril de 1964, foi interrogada sobre as mesmas acusações, a sétima testemunha, Hugo Frota de Magalhães Porto, funcionário público federal, professor, cirurgião-dentista, Inspetor Seccional de Fortaleza e representante do Ministério da Educação e Cultura para a aplicação do Plano Trienal no Ceará. Os militares queriam saber se a SUDENE ou outro órgão federal havia exercido pressão de qualquer natureza sobre autoridades estaduais do setor de educação. Hugo Porto respondeu-lhes, como representante do MEC no Ceará, que havia recebido do professor Lauro de Oliveira Lima reclamações feitas pela Secretaria Executiva do Plano Trienal em Brasília de que estava entrvando a execução do referido Plano no Ceará, ressaltando ainda que “o professor Lauro de Oliveira Lima lhe externara certa vez por carta que o mais importante seria a execução do Plano e não o que ele considerava pormenores de natureza burocrática”.⁵

Ainda confusos sobre o processo educativo em andamento e a orientação pedagógica do estado do Ceará, sobretudo no ensino médio, perguntaram ao depoente se o professor Lauro de Oliveira Lima tinha passado a impor o aproveitamento de todos os professores de sua equipe do CADES (Curso de

⁴ Id. *ibidem*.

⁵ PORTO, Hugo. Termo de Inquirição de Testemunha. 23^o Batalhão de Caçadores, 27.04.1964.

Aperfeiçoamento e Desenvolvimento do Ensino Secundário) de tendência esquerdista nas atividades da Escola Secundária e, se o governador Virgílio Távora havia organizado um grupo dentro da Secretaria de Educação para neutralizar a equipe do professor Lauro de Oliveira Lima. O representante do MEC no Ceará, Hugo Porto, declarou o seguinte:

O professor Lauro de Oliveira Lima é na verdade um líder na renovação educacional, especialmente no setor do ensino médio que em face disto, e através de longo e persistente trabalho realizado desde o nascedouro do CADES, principalmente como orientador de seus cursos anuais, em várias cidades do Brasil, formou uma equipe de professores que com a superviniência da psicogenética do professor Piaget, se deixou impregnar por ela constituindo-se uma frente pedagógica no sentido de que fossem as “situações problemas” o nó górdio das atividades pedagógicas na Escola Secundária; que em consequência, ele, o professor Lauro, passou a impor o aproveitamento de todos os professores de sua equipe nos cursos da CADES.⁶

Como foi dito antes, os militares faziam as mesmas perguntas aos depoentes, os quais eles chamavam de “testemunhas”, como se tivessem presenciado algum delito ou crime; no entanto, as perguntas eram feitas não necessariamente seguindo a mesma ordem. Inquirido se, nas aulas de preparação dos monitores para a aplicação do método Paulo Freire, mesmo antes ou depois delas, no próprio recinto do prédio onde funcionavam as aulas: eram entoadas canções como: “Liberdade Sem Pão”, “Juventude” dentre outras; sobre as atividades educacionais da professora Luiza Teodoro e se percebeu alguma pressão da SUDENE sobre áreas do governo estadual, Porto relatou aos militares:

⁶ Op. cit.

Eu ouvi falar sobre as canções, mas não sei dizer por quem isso aconteceu. Pude constatar, digo, pude constatar que a USAID entrava em constantes atritos com a SUDENE no que respeita a aplicação, fiscalização e orientação (planejamento) das verbas no campo da educação primária do Estado do Ceará. A professora Luiza Teodoro é conhecida como professora capaz e interessada, católica praticante e imbuída da mentalidade do sistema Paulo Freire, porém de tendências esquerdistas.⁷

O USAID foi criado e estava intrinsecamente ligado ao interesse político do governo estadunidense durante a presidência de John Kennedy e não se restringia a nossa economia; ao ser lançada para a América Latina a *Aliança para o Progresso*⁸ – pretendiam dar ênfase à educação, à saúde e à habitação. Aos países participantes da América Latina disponibilizariam vinte bilhões de dólares. Melhorando os sistemas de educação, saúde e habitação e a condição de miséria desses povos, afastariam a possível aproximação dos soviéticos nesses países via Cuba. Pretendiam controlar também o nosso processo educativo. Essa aproximação do Brasil com os interesses norte-americanos começou com o primeiro dirigente militar, o marechal Castelo Branco. Segundo Júlio José Chiavenato

ficou clara a miopia militar para os aspectos básicos da educação. A partir do Governo Castelo Branco, o ensino brasileiro foi orientado pela United States Agency for International Development (USAID)⁹.

⁷ Id. *Ibidem*.

⁸ O projeto da Aliança para o Progresso foi delineada na Carta de Punta Del Leste em agosto de 1961. Essa carta tinha como objetivo reunir os presidentes latino-americanos e, a partir desses encontros, elaborar planos de desenvolvimento para esses países auxiliados pelo governo dos Estados Unidos. Participaram da elaboração das ações a serem adotadas pela Aliança, os nomes de Juscelino Kubitschek, pelo Brasil e Raúl Prebisch, pela Argentina.

⁹ CHIAVENATO, Júlio José. *O Golpe de 64 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Moderna, 2004. p. 146.

Ficava evidente, assim, que o nosso processo educativo seria orientado pelos padrões do governo dos Estados Unidos.

Os documentos utilizados até o presente momento referem-se aos inquéritos chamados pelos militares de *Termo de Inquirição de Testemunha* realizados no 23º Batalhão de Caçadores, ou seja, no quartel do Exército em Fortaleza, e os depoentes sob constante pressão psicológica; note-se que os depoimentos aconteceram nos dias 20 a 27 de março, a menos de um mês do golpe civil-militar de 1964. As perguntas e respostas evidenciam claramente uma espécie de “jogo de gato e rato”, ao realizarem as mesmas perguntas, não necessariamente na mesma ordem, buscavam assim que os depoentes pudessem pontuar revelações ainda não entendidas ou mesmo revelar contradições de suas atividades educacionais, intelectuais e políticas. Sob pressão psicológica, os educadores, como é comum nesse tipo de repressão, esquivavam sua respostas. Entretanto, fica mais ou menos evidente que todos se conheciam de uma maneira ou de outra.

Pelo teor das perguntas que os militares repetiam, percebe-se a observação e investigação por parte do exército daquela experiência educacional de professores e monitores iniciada pelo professor Lauro de Oliveira Lima, no Colégio Agapito dos Santos inspirado no processo educativo de Jean Piaget e no método Paulo Freire, isso tudo bem antes do golpe de 64.

As perguntas comuns a todos os depoentes buscavam basicamente constatar o que eles, militares, já sabiam. Ao que parece, eles pretendiam esclarecer três questões: A primeira, entender a relação do projeto educativo do Plano Trienal para o Brasil e as verbas disponibilizadas pela SUDENE; a segunda, a relação de poder do professor Lauro de Oliveira Lima como Inspetor Federal de Educação, sua equipe de professo-

res formados em seu Colégio Agapito dos Santos, entender mais o teor dos cursos inspirados no método Paulo Freire ministrados pelo Brasil e a terceira, entender o verdadeiro envolvimento do governador do Estado, Virgílio Távora com os educadores, tidos pelos militares como esquerdistas.

Pelos indícios, Virgílio Távora apoiava o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico Social, elaborado sob a responsabilidade de Celso Furtado, então ministro do Planejamento, notadamente no que se refere ao processo educativo deste. Ao assumir a presidência, João Goulart herdou dos governos anteriores uma crise econômica financeira e uma inflação que saltava de 25% em 1960 para 81% em 1963 elevando o custo de vida, a desvalorização do cruzeiro e uma dívida externa que chegava a 4 bilhões de dólares. O Plano objetivava elevar as taxas de crescimento econômico da economia e reduzir em 65% a inflação até 1965.

O nacionalismo-reformista de João Goulart explícito no próprio plano encontrava sérias resistências e conflitos, naquela conjuntura: realizar uma política de estabilização, realizar as reformas de base numa difícil conciliação entre uma classe trabalhadora mobilizada e organizada e as forças conservadoras de oposição. Contudo, era preciso o governo acelerar as reformas de base. Os intelectuais e educadores responsáveis pela reforma educativa em âmbito estadual e federal eram um grupo forte no governo.

O ministro da Aviação do governo parlamentar de João Goulart, Virgílio Távora, foi eleito pela coligação União do Ceará na eleição de 1962. Távora rompeu com a continuidade política do governo estadual antecessor. O quadro partidário cearense e novas lideranças representadas por Virgílio Távora e Carlos Jereissati articulavam uma transição para a modernidade política; segundo Parente: “São duas formas de lideran-

ças diferentes, mas representativas de uma transição para a ideologia da modernidade, refletindo as ideias de Celso Furtado e do Banco do Nordeste.”¹⁰ Modernidade esta identificada pela elite local com o projeto de industrialização e, para tanto, deveria ser modificado o modelo de administração indicando técnicos para os cargos governo. Como indica Aroldo Mota:

Virgílio Távora foi um descobridor de bons valores para a política do Ceará. Tirou o professor José Lins, da cátedra de engenharia, para a administração pública. O economista Paulo Lustosa, do Banco do Nordeste para a política. O engenheiro Vicente Fialho, do Departamento de Estradas e Rodagem, para a Secretaria de Obras do Estado. O professor Luís de Gonzaga da Fonseca Mota, do BNB, para o governo do Estado e tantos outros. (SOUSA, 2007, p. 395).¹¹

Esses tantos outros indicados por Mota, poder-se-iam ter registrado como técnicos no setor educativo, os nome da professora Luiza Teodoro Vieira, na época, professora do Colégio Christus, do Colégio Agapito dos Santos e no CADES nomeada pelo governador Virgílio Távora a integrar a *Assessoria Técnica da Secretaria de Educação* na qual participou da aplicação do Plano Trienal do governo federal, assim como o professor, educador e *Inspetor Federal do Ensino Médio* o qual participava trabalhando com o método Paulo Freire na Secretaria de Educação do Estado do Ceará.

Em Pernambuco, na eleição de 1962 foi eleito por uma coligação de petebistas, socialistas e comunistas, o governador Miguel Arraes que não só apoiava o Plano como também,

¹⁰ SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide (Orgs). *Uma Nova História do Ceará*. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 395.

¹¹ Apud. PARENTE, Josênio. SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide (Orgs). *Uma Nova História do Ceará*. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 397-398.

sabe-se, incentivava a organização sindical e associações como as Ligas Camponesas. Além disso, Arraes forçou os usineiros da Zona da Mata nordestina a pagar salários mínimos aos trabalhadores rurais, possibilitando as Ligas a agirem como uma força política opositora importante contra o Governo Federal. Nesse mesmo ano, Furtado lança o anteprojeto do II Plano Diretor da SUDENE diante do agravamento da situação dos camponeses, objetivava uma maior produção agrícola e assim melhorar socialmente os camponeses. Para alguns pesquisadores, o Plano Diretor estabelecido em 1963 tinha por objetivo a inserção das modificações na estrutura agrária da região.

Naquele momento, diante da cooperação e aproximação de governadores com o projeto da SUDENE, os Estados Unidos¹² criaram uma missão no Nordeste conhecida como *Programa Alimentos para a Paz*, o qual previa a distribuição de 30 mil toneladas de alimentos para a região. Desse modo, sem a intermediação da SUDENE, o governo estadunidense passou a interferir literalmente no Nordeste brasileiro fazendo acordos bilaterais com alguns estados. A intenção era desmobilizar o projeto da SUDENE idealizado por Celso Furtado que por combater a política hidráulica ou política das secas passou a ser tido como marxista por setores vinculados à direita e aos interesses norte-americanos. Vale a pena a fala de Francisco de Oliveira em conferência sobre Celso Furtado, a SUDENE e sua prisão.

Não resgatemos agora essa celebração para de novo encher as burras da dilapidação dos recursos públicos, da depredação do Estado brasileiro! É preciso recuperar

¹² In: COLOMBO, Luciléia Aparecida. O desenvolvimento regional nordestino e o papel da SUDENE no contexto federativo brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36, *Anais*. GT 05, Águas de Lindóia, SP, 2012.

essa história. É preciso dar-lhe uma nova orientação. Celso veio e combateu a política hidráulica, a política das secas; com uma certa injustiça, pois o DNOCS não era um valhacouto de ladrões. [...] Celso combateu essa visão – e daí a originalidade de suas proposições – e engatou o Nordeste na corrente dinâmica da economia brasileira, que se transformava na região que ele chamou de Centro-Sul. Deu certo? Parcialmente deu certo. [...] Eu vi isso no dia do golpe de 1964, quando entrei com Celso Furtado no gabinete do general Justino Alves Bastos. À entrada do seu gabinete havia um “corredor polonês”, certos de que veriam Celso e o seu “Sancho Pança” saírem de lá algemados. Era toda a canalha pernambucana, classe perdulária e destrutiva que perdeu o bonde da história e ainda não sabe! Nas colunas sociais riem como cretinos! Estavam todos eles lá para aplaudir a nossa prisão.

Virgílio Távora talvez não fosse tão arrojado nesse propósito quanto Arraes, contudo a afirmação dos militares na investigação da professora Luiza Teodora e do professor e representante do MEC no Ceará, Hugo Porto, revelam contradição a respeito da participação, envolvimento e desempenho do governador Virgílio Távora na execução do plano no Ceará. Assim, fizeram a seguinte afirmação ao referirem-se à professora:

[...] paralelamente, exercendo o magistério no CADES; em 1963, passou a funcionar na CAMEC com a atribuição de orientar as classes de recuperação de crianças; que a seguir **foi chamada pelo Governo do Estado Virgílio Távora** (grifo nosso) para participar da Assessoria Técnica, até sua extinção, participou da aplicação do Plano Trienal, sendo encarregada pelo Governador, da coordenação do treinamento dos professores para o sistema Paulo Freire.¹³

¹³ VIEIRA, LUIZA TEODORO.

Hugo Porto, ao ser indagado pelos militares sobre se o governador havia organizado uma turma de professores para fazer oposição ao grupo do professor Lauro de Oliveira Lima, foi enfático: “Segundo ouvi dizer, vossa excelência, o governador, organizou um grupo para neutralizar a equipe do professor Lauro. Mas, o professor Lauro de Oliveira Lima tem ascendência no que se refere ao setor pedagógico”.¹⁴

Não nos interessa aprofundar na pesquisa a discussão, a respeito da tendência: direitista ou esquerdista do ex-governador Virgílio Távora. Interessa, sim, entender sobre o surgimento do Colégio Agapito dos Santos, sua importância na formação de diretores, professores e monitores, suas experiências educativas, a inserção destes na Universidade e a relevância destas experiências como docentes na produção intelectual na Academia.

A Escola Secundária Moderna, livro escrito pelo professor Lauro de Oliveira Lima, teve a sua primeira edição em outubro de 1962 e editado pelo C.B.P.E., Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, I.N.E.P. O Curso de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento do Ensino Secundário (CADES) era um projeto do MEC e foi criado por volta de 1956. De fato, o projeto educacional até 1963 era muito intenso e revolucionário, portanto, não havia como os civis envolvidos pelos interesses norte-americanos e os militares não estarem acompanhando o desenrolar desse processo.

Na primeira página do livro com o título, *Explicação Prévia*, o professor Lauro de Oliveira Lima não só relata os objetivos, como também o processo de elaboração deste. Vale a pena a explicação.

Os trabalhos aqui enfeixados sob o título de *A Escola Secundária Moderna* não foram escritos para se trans-

¹⁴ PORTO. Id. *Ibidem*.

formarem em livro nem sequer foram elaborados na mesma época. Resultaram da própria atividade da Inspetoria Seccional de Fortaleza, que vimos dirigindo a mais de um lustro. Tendo a CADES determinado que as Inspetorias Seccionais promovessem encontros de educadores, jornadas de diretores, seminários de estudos, missões pedagógicas nas cidades do interior do Estado, cursos de aperfeiçoamento de professores, sentimos a necessidade de preparar “instrumentos de trabalho” para discussão e debate, vez que todas essas atividades foram planejadas em forma de “círculos de estudo”, seminários, trabalhos de grupo, conferências dirigidas e simpósios. É possível, portanto, que se resintam de falta de unidade, por um lado, e da insistência com que se repetem certas ideias básicas, por outro. Foram trabalhos elaborados para debate, não podendo eximir-se de certo tom polêmico, que se notará ao longo das proposições apresentadas para discussão dos grupos de estudo. Não é outro o destino que para eles almejamos: nascidos e elaborados sob a pressão de uma campanha de renovação de mentalidade, que continuem a suscitar mal-estar em uns e euforia em outros; jamais a neutralidade do assentimento “prudente” que mata e sepulta as ideias nascidas para dinamizar grupos sociais e criar um novo status.¹⁵

Todas as discussões, debates e grupos de estudo foram iniciados pela Inspetoria Seccional de Fortaleza. Buscava-se uma nova renovação na mentalidade educativa, mas não se pretendia com isso elaborar um tratado de didática. A dimensão da discussão ao enfatizar a atividade autônoma do aluno em oposição à didática expositiva na sala de aula e à direção autocrática das escolas fez o educador e seu grupo viajarem a vários lugares do país.

¹⁵ LIMA, Lauro de Oliveira. *A Escola Secundária Moderna*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Culturas S.A, 1967. p. 1.

Dezenas de vezes reescritos e mimeografados para distribuição nos cursos e seminários que dirigimos, diversos em Fortaleza e no interior do Ceará, outros em Manaus, Belém, Parnaíba, Recife e interior de Pernambuco, Juiz de Fora, Londrina, Vitória e até em Brasília, a cujo professorado do Centro de Educação Média demos, naqueles trepidantes dias da “mudança”, curso completo das ideias aqui expedidas, vimo-nos forçados a editá-los agora, mesmo merecendo ainda polimento e mais maturação, para atender as solicitações que nos chegam de todos os lugares onde foram discutidos. Terminamos por nos convencer de que tão cedo consideraríamos definitivos os princípios e técnicas neles desenvolvidos, já que em cada novo encontro tínhamos algo a modificar, a suprimir, a acrescentar... Eis porque vai editada, apesar de todas as falhas contidas, endereçando-se, principalmente, a mais de dois milhares de educadores que, em ocasiões diversas e em lugares diferentes, discutiam conosco – de uma ponta a outra do país – as ideias agora enfeixadas em livro.¹⁶

O educador propunha nestas discussões, por fim a superficialidade do emprego dos recursos audiovisuais e utilização apenas do quadro-negro como recurso didático, o qual chamava de “pílula com açúcar”, por levar à passividade do aluno sem nenhum caráter reflexivo. O ponto de partida, segundo o autor, para uma gestação do ponto de vista teórico e técnico foi o acesso ao livro, *Didactique Psychologique* de Hans Aebli, a primeira tentativa de aplicar à Didática a Psicologia de Piaget. Sobre as leituras e teóricos, os quais o influenciaram Lauro revela:

Convencemo-nos – dentro da linha tradicional da pedagogia – com Dewey, Claparède, Decroly, Montessori, Lourenço Filho, Makarenko, (levianamente postos de lado em favor de Morrison...) de que toda aprendizagem

¹⁶ Op. cit., p. 2.

é auto-atividade e que didática é, simplesmente a arte de dirigir a aprendizagem e conseguir esforço voluntário. Todo trabalho de investigação, portanto, deve, a nosso ver, ter por objetivo descobrir as técnicas que melhor suscitam a atividade do aluno (donde o título de participação dado a este trabalho). [...] O background de todas as técnicas e propostas, logo se perceberá, é a literatura pedagógica criada ou divulgada no Brasil, principalmente, por Lourenço Filho e Anísio Teixeira. Alertado pelo pioneirismo de Hans Aebli, descobrimos toda a imensa riqueza de Piaget, que, por coincidência a quantos, no Brasil, se dedicaram, nos últimos cinquenta anos, à Pedagogia no que ela tem de mais sério e científico.¹⁷

Vê-se, pois, a orientação didática e pedagógica dos teóricos inspiradores do educador Lauro de Oliveira Lima. Ao contrário de Morrison, cuja didática seria apenas a arte de dirigir a aprendizagem; para ele, a função do educador-orientador não deveria ser hipertrofiada diante da liberdade, da autonomia do aluno. Considerava, pois, a didática como princípio, ideia fundamental para levar o aluno imaturo à plenitude de sua máxima autoatividade integrando-se ao meio.

Depois de descobrirem Piaget, o grupo passou a ler os relatórios do *Centro Internacional de Epistemologia Genética* e outros autores que trabalhavam com a Psicogenética, termo, depois usualmente divulgado e denominado pelo grupo de *Método Psicogenético*. Segundo Lauro de Oliveira Lima, “a falta de cátedra universitária (de que só agora dispomos), tivemos de reduzir nossa área de atuação aos cursos e seminários da CADES”. A falta da cátedra universitária, entenda-se, limitava as traduções dos relatórios e leituras indicados por Piaget e a própria divulgação do método no meio universitário. O

¹⁷ Id. *Ibidem.*, p. 3.

próprio Lauro de Oliveira Lima explica essa situação em sua *Explicação Prévia* na introdução do livro.

Convocamos um grupo jovem de educadores e com eles fundamos um “círculo de estudo” que durante o ano todo (reunimo-nos todas as terças-feiras na Inspetoria Seccional) preparava os “instrumentos de trabalho” que seriam utilizados nos cursos de janeiro, debatendo-os, antes, nos encontramos em seminários feitos durante o ano, na capital e no interior do Estado. Finalmente, em 1962, conseguimos dar o curso da CADES em Fortaleza (14 disciplinas do curso secundário) com professores exclusivamente locais e todos guiados pelos mesmos princípios didáticos, tomando estes trabalhos ora enfeixados em livro como ponto de referência para os círculos de estudo. Assim, não podemos dizer que estes trabalhos sejam obra individual, mas desta equipe que os debateu e os reformulou, durante os últimos cinco anos, e pretende continuar a fazê-lo até que as ideias e princípios aqui expostos sedimentem em verdadeiro sistema pedagógico. [...] Só no último curso da CADES (1962 – Fortaleza) preparou 500 volumes deste livro para os candidatos inscritos. [...] Precisamos, contudo, destacar a participação do Luís Alberto Santos Brasil, que nos guiava na leitura de textos mais difíceis de Epistemologia Genética, principalmente quando envolviam conceitos de matemática superior incessíveis à maioria dos participantes do grupo e quando, com seu profundo senso crítico, revisava os nossos textos viciados por excesso de “literatura” e imprecisão científica.¹⁸

Levando-se em consideração a provinciana Fortaleza de fins dos anos 1950 e o último curso do CADES em 1962, preparando 500 volumes do livro para os educadores inscritos, não se deve desprezar a experiência desses educadores da escola secundária, mesmo porque a Universidade Federal foi

¹⁸ Id. *Ibidem.*, p. 4.

fundada apenas em 1955. Experiência esta, a qual fez levar o próprio governador Virgílio Távora a convidar uma professora do ensino secundário, Luiza Teodoro, a participar da Assessoria Técnica da Secretaria de Educação ministrando curso do CADES em Brasília.

Em 1953, Lauro de Oliveira Lima fundou e tonou-se dono do Colégio Agapito dos Santos, nome este em homenagem ao seu bisavô, primeiro diretor da Escola Normal de Fortaleza e também deputado federal. Agapito dos Santos, pai de Alcides Santos¹⁹, o fundador do Clube Estela, depois conhecido como Fortaleza. Nesse mesmo ano foi convidado pelo governo federal a trabalhar em Brasília.

Em 1961, Jânio Quadros nomeou uma equipe de intelectuais educadores como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Lauro de Oliveira Lima então Diretor do Ensino Secundário no Brasil, no Ministério da Educação. Lauro recebeu incumbência de transferir a sede do Ministério da Educação da Guanabara para a nova capital, Brasília. Para tanto recebeu uma verba de um milhão de cruzeiros para o referido procedimento. Transferido o Ministério, a família foi morar em Brasília.

Como inspetor seccional do MEC no Ceará, muitos diretores de escola estudaram o método de ensino Piaget com Lauro de Oliveira Lima, dentre eles: o professor Edilson Brasil Soares do Colégio 7 de Setembro; José Rocha, do colégio Christus; Ari de Sá Cavalcante e Irene Barbosa de Arruda, diretora do Colégio Estadual Justiniano de Serpa. Pela convicção de suas ideias educativas politizadas, Lauro foi preso e teve a sua vida e sua família despedaçadas ao passo que

¹⁹ Alcides Santos pode ser considerado o maior atleta cearense do século XX. Ele correu duas vezes o *Tour de France* (a Volta da França), de bicicleta, nadou e remou pelo Flamengo no Rio de Janeiro, jogou futebol; era uma espécie de atleta completo. Além de atleta, era numismata e filatelista.

os outros três seguiram a opção de uma educação privada, tornaram-se empresários da educação e seus colégios ainda permanecem no mercado com bastante sucesso. Mas, o início dos anos 1960, particularmente, (os anos de 1961, 62 e 63) são efervescentes quanto às discussões envolvendo política, educação e cultura.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, AÍDA; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). *A questão política da educação popular*. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. *João Hippolyto de Azevedo e Sá: o espírito da reforma educacional de 1922 no Ceará*. Fortaleza: UFC Edições, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHIAVENATO, Júlio José. *O Golpe de 64 e a ditadura militar*. SP: Moderna, 2004.

DEWEY, John. *Vida e educação*. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

FAVARETO, Osmar. (Org.). *Cultura popular, educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Editorial Teorema, 1992.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História Ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- LIMA, Lauro de Oliveira. *A escola secundária moderna*. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Culturas S.A, 1967.
- _____. *O impasse na educação*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1969.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & Identidade Nacional*. 5. e. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- _____. *A Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e indústria Cultural*. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- MANFREDI, Silvia M. 1984. p.49. In: BEZERRA, Aínda; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A questão política da educação popular*. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- PINTO, Paulo Roberto. *A Pré-História da Universidade no Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005
- SAVIANI, Dermeval. *Política e Educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*. 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábricas de Ideologia*. São Paulo: Editora Ática, 1977.

Documentos

Documento de Formalização do CPC em Fortaleza na Associação 64/68 Anistia relator Francisco Augusto Pontes datado no dia 04.10.1963.

Ministério da Guerra, IV Exército – 10ª RM, 23º BTL de Caçadores. Hugo Hortêncio de Alencar, Ten. Col. Encarregado do IPM. 22 de abril de 1964.

VIEIRA, Luiza Teodoro. Termo de Inquirição de Testemunha. 23º Batalhão de Caçadores, 27.04.1964

LIMA, Lauro de Oliveira. Termo de Perguntas ao Indiciado. no 23º Batalhão de Caçadores no dia 20.04.1964, p. 1.